



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010.

Belém(PA), 03/2011

## **LISTA DE ACRÔNIMOS E SIGLAS**

**DLOG** – Diretoria de Administração e Logística Policial

**DPF** – Departamento de Polícia Federal

**IN** – Instrução Normativa

**IPL** – Inquérito Policial

**LOA** – Lei Orçamentária Anual

**PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento

**PIB** – Produto Interno Bruto

**Port.** – Portaria

**PPA** – Plano Plurianual

**SR** – Superintendência Regional

**RG** – Relatório de Gestão

**SELOG** - Setor de Administração e Logística Policial

**SIASG** – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

**SIAFI** – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

**SIAPE** – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

**SIGPLAN** – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**TCU** – Tribunal de Contas da União

**UG** – Unidade Gestora

**UO** – Unidade Orçamentária

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
ORGANOGRAMA.....	8
A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 – CONTEÚDO GERAL .....	9
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010 .....	9
1.1 Relatório de Gestão Individual .....	9
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010 .....	9
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade .....	9
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais .....	11
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ .....	12
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ .....	12
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ .....	16
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro .....	17
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa .....	17
2.4.1.1 <i>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i> .....	17
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa .....	19
2.4.2.1 <i>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação</i> .....	19
2.4.3 Indicadores Institucionais .....	20
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010 .....	22
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	22
INFORMAÇÃO RELACIONADA A ESTE ITEM CONSTA NA INTRODUÇÃO .....	22
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010 .....	22
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores .....	22
4.2 Análise Crítica .....	22
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010 .....	23
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos .....	23
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	25
5.3 Composição do Quadro de Estagiários .....	25
5.4 Quadro de custos de recursos humanos .....	26
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....	26
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	28
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010 .....	28
6.1 Transferências efetuadas no exercício .....	28
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010 .....	28
7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010 .....	28
7.1 Estrutura de controles internos da UJ .....	28
8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010 .....	30

8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	30
9.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010 .....	33
9.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial .....	33
10.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 .....	35
10.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI) .....	35
11.	PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010 .....	37
	A informação deste item consta da Introdução .....	37
12.	PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010 .....	37
B.	PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO .....	37
13.	PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010 .....	37
13.1	Declaração com Ressalva .....	37
	ANEXO 1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR .....	38
	ANEXO 2 - DECLARAÇÃO DA GESTÃO DE CONTRATOS .....	39

## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	9
Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo .....	12
Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo .....	12
Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo .....	13
Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo .....	14
Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo .....	14
Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo .....	15
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	16
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias .....	17
Quadro A.2.4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	17
Quadro A.2.5 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	19
Quadro A.2.6 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação .....	19
Quadro A.2.7 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação .....	20
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores .....	22
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010.....	23
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	24
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	24
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010.....	25
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.....	25
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários .....	25
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	26
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....	27
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra .....	27
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	30
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	33
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	33
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	34
Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ .....	35
Quadro B.1.1 - Declaração do Contador com Ressalva .....	37

---

## Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo, gestão do patrimônio imobiliário e da tecnologia da informação e dois anexos: 1 – Declaração do Contador e 2 - Declaração referente ao Registro de Contratos e Convênios no Sistema SIASG.

Não obstante constar no presente Relatório informações de execuções de Programas de Governo, cabe registrar que UJ não os gerencia no PPA.

Não constam do presente Relatório, uma vez que não se aplicam a esta UJ, os seguintes quadros: Relatório de Gestão Consolidado, Relatório de Gestão Agregado, Relatório de Gestão Consolidado e Agregado, Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas Capital, Quadro Resumo da Programação de Despesas, Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ, Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ, Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.

Não há informação de Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos e assim, o respectivo quadro não consta deste relatório (parte A, item 3 do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010).

O Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 E 2010 não foi preenchido pois os valores são informados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

Com relação à parte A, item 6 do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010 todos o quadros relacionados não foram preenchidos uma vez que esta UJ não efetua transferências e repasse de recursos.

Não há Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ, bem como sobre as fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil voltadas para a averiguação da regularidade das renúncias de receitas tributárias e assim sendo, todos os quadros da parte A, item 14 do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010 não se aplicam esta UJ.

Do mesmo modo, todos os quadros relacionados à parte A, item 15 do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010 não foram preenchidos, haja vista que nesta UJ não houve recebimento, no exercício 2010 de deliberações ou recomendações oriundas do TCU e do Órgão de Controle Interno – OCI.

A estrutura organizacional da Superintendência Regional Do Departamento de Polícia Federal No Pará – SR/DPF/PA decorre do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, cabendo ao Superintendente Regional a administração superior da UJ, tendo como substituto imediato o Chefe da Delegacia Regional Executiva – DREX e na ausência deste, assume seu substituto, o Chefe da Delegacia de Combate ao Crime Organizado – DRCOR ou, sequencialmente, o Chefe da Corregedoria Regional - COR.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará está estruturada em cinco (05) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por quatro (04) Unidades Descentralizadas, sendo: Delegacia de Polícia Federal em Altamira, Delegacia de Polícia

Federal em Marabá, Delegacia de Polícia Federal em Redenção e Delegacia de Polícia Federal em Santarém.

Na sede, a estrutura da Superintendência Regional é composta de: nove (09) Delegacias Especializadas, quais sejam: Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários,

Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários e Grupo de Repressão a Crimes Financeiros, todos **subordinados à Delegacia Regional Executiva**; Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas à Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), de três (03) Núcleos: Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), Núcleo de Inteligência Policial (NIP) e Núcleo de Identificação (NID), além de (03) Setores: Setor de Recursos Humanos (SRH), Setor Técnico-Científico (SETEC) e Setor de Administração e Logística Policial (SELOG), além do Grupo no Aeroporto Internacional de Belém (Val-de-Cães).

Considerando que o Estado do Pará, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: - ocupa porção estratégica do ponto de vista geográfico, dada a sua extensão territorial, fazendo divisa com os Estados do Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Amapá, Roraima e Amazonas, tendo seu litoral banhado pelo Oceano Atlântico, além das fronteiras com a Guiana e o Suriname. Possui a maior bacia hidrográfica do país, assim como a maior parte de seu território ainda recoberto pela Floresta Amazônica e onde é constantemente verificada a ocorrência de crimes ambientais e tráfico de animais silvestres e de plantas. Assim é que esta Superintendência Regional terminou concentrando seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, crimes contra o meio ambiente, o contrabando, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

No ano de 2010, a Superintendência Regional e suas descentralizadas deram continuidade ao desenvolvimento de suas operações policiais voltadas a atividade-fim, resultando no cumprimento de mandados de busca e apreensão e prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

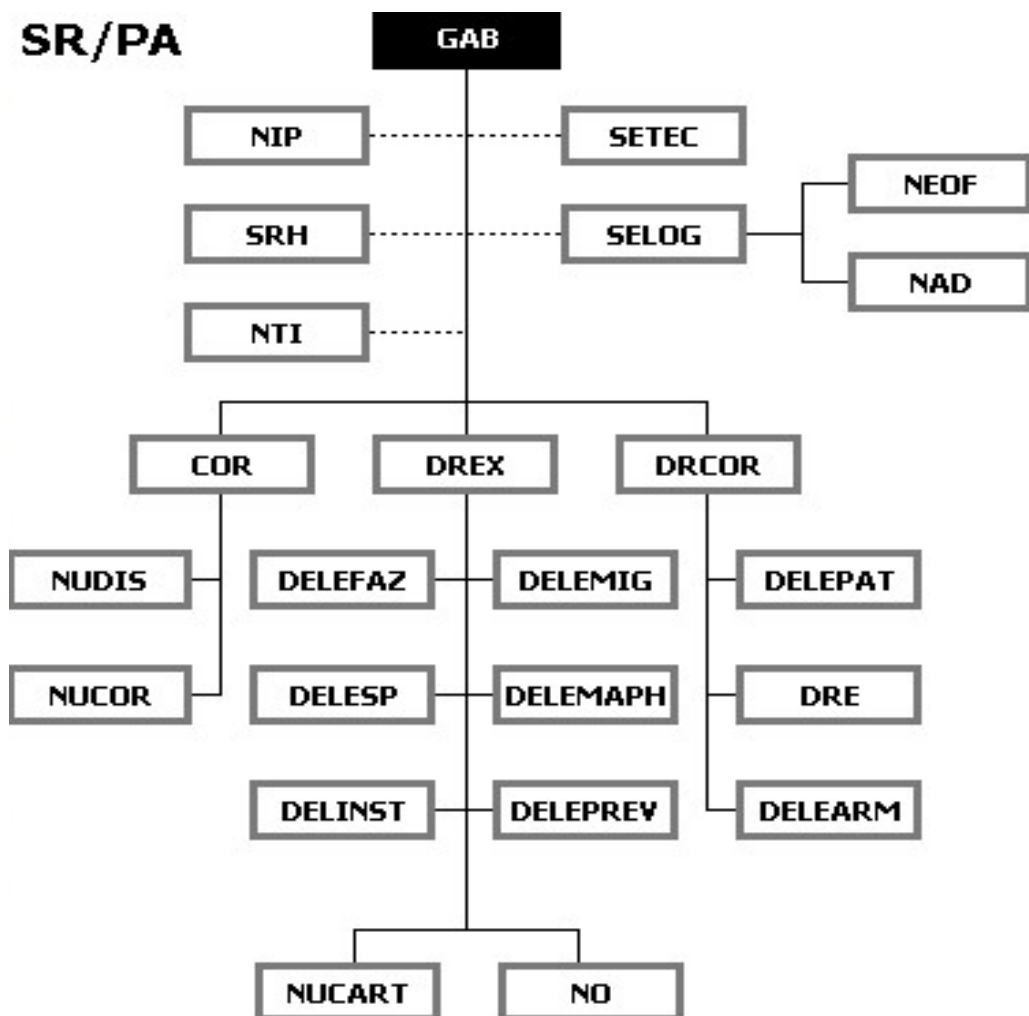
Ainsa assim, considerando que em 2010 foi um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, teve como prioridade a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Atendendo determinação do Órgão Central, continuaram sendo priorizadas as operações de combate aos crimes contra o meio ambiente, haja vista que existem duas bases permanentes da Operação Arco de Fogo (uma em Tailândia e outra em Santarém), assim como o combate ao crime de tráfico de entorpecentes.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).



# Organograma

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO PARÁ – SR/DPF/PA



## **A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 – CONTEÚDO GERAL**

### **1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.**

#### **1.1 Relatório de Gestão Individual**

**QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça			<b>Código SIORG:</b> 316
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará			
<b>Denominação abreviada:</b> SR/DPF/PA			
<b>Código SIORG:</b> 001146	<b>Código LOA:</b> Não se aplica	<b>Código SIAFI:</b> 200386/200387	
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública			<b>Código CNAE:</b> 8424-8
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(91)3214-8001	(91)3214-8089	(91)3214-8014
<b>E-mail:</b> gab.srpa@dpf.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> não possui			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Almirante Barroso, 4466 – Souza – CEP 66613-080 – Belém/PA			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
- Dec. 56.510, de 28/06/65 - DOU. 138, de 22/07/65 – criada como Delegacia Regional “C” (vide Port. 527/64, BS. 245, de 24/12/64);			
- Dec. 70.665, de 02/06/72 - DOU. 104, de 05/06/72 – transformada em Superintendência Regional;			
- Dec. 77.649, de 19/05/76 - DOU. 097, de 24/05/76			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
- Lei Complementar 89, de 18.02.1997, cria o FUNAPOL;			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007;			
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o atual Regimento Interno;			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005;			
- IN Nº 11/2009-DG/DPF de 09.11.2009, publicada no BS nº 212 de 09.11.2009 (normatiza a concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimentos de Fundos).			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
200077	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará		
200386	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará		
200387	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200386		00001	
200387		00001	

### **2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010**

#### **2.1 Responsabilidades institucionais da unidade**

Esta UJ tem como responsabilidades institucionais aquelas decorrentes de sua Competência Institucional e dos Objetivos Estratégicos traçados pelo Departamento de Polícia Federal.

Segundo o art. 203 da IN 013/2005-DG/DPF, a Competência Institucional da engloba as atividades de planejamento, controle, apoio, orientação, execução e acompanhamento, referentes à persecução de crimes nas áreas de imigração, previdenciária, fazendária, defesa institucional, controle de segurança privada e de meio ambiente, patrimônio histórico e em relação a Competência Institucional da DRCOR-Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado) engloba as atividades financeira, patrimonial, tráfico e comércio ilícito de armas, tráfico e comércio ilícito de entorpecentes e drogas afins, bem como de ações referentes ao controle e fiscalização de produtos e insumos e químicos.

Como Objetivos Estratégicos, considerando que este foi um ano eleitoral, foi estabelecida como meta a priorização da área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público, inclusive reforçando os efetivos das Delegacias de Polícia Federal de Marabá, Santarém, Redenção e Altamira, o que possibilitou que o pleito eleitoral transcorresse de forma tranquila. Atendendo determinação do Órgão Central, continuaram sendo priorizadas as operações de combate aos crimes contra o meio ambiente, com a manutenção de bases da Operação Arco de Fogo nas cidades de Tailândia, Santarém, Altamira e Pacajá, em caráter de revezamento.

Em face das responsabilidades institucionais acima descritas, segue uma descrição sintética das principais:

Foram contabilizadas **10** (dez) Operações Policiais no âmbito desta SR/DPF/PA. Nessas operações, foram realizadas 27 (vinte e sete) prisões preventivas, 03 (três) prisões temporárias e 05 (cinco) prisões mediante auto de prisão em flagrante, além do cumprimento de 109 (cento e nove) Mandados de Busca e Apreensão e foram combatidos diversos tipos de delitos: fraudes na concessão de créditos de madeira; contrabando e descaminho; fraudes bancárias; fraudes previdenciárias; fraudes em licitação; fraudes na importação de acessórios veiculares; e crimes de preconceito de raça e cor.

Esta UJ além de ter Planejado e Coordenado as eleições de 2010, realizou segurança física de 11 (onze) dignitários, dentre as quais a da então candidata a Presidente Dilma Rousseff; participou das reuniões periódicas do FORUM ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS, FORUM REGIONAL DE REPRESSÃO AO TRABALHO ESCRAVO e FORUM ESTADUAL DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, entre outras relacionadas à proteção de direitos humanos; e promoveu o treinamento de armamento e tiro de policiais da SR/DPF/PA, bem como DPF/MBA/PA e DPF/RDO/PA.

Na parte administrativa esta UJ entregou 17.865 (dezesete mil oitocentos e sessenta e cinco) passaportes, instruiu 70 (setenta) vistos de permanência, realizou a fiscalização de 705 (setecentos e cinco) navios no Porto de Belém e em Vila do Conde, com 25.158 (vinte e cinco mil, cento e cinquenta e oito) tripulantes.

Na parte de segurança privada foram requeridas 3.999 Carteiras de Vigilantes e registrados 2.927 Certificados de Vigilantes; emitidas 545 Guias de Transferência e/ou Transporte de Armas; realizadas 38 vistorias das instalações de empresas de vigilância e orgânica, 90 de veículos especiais de transportes de valores e 275 de agências bancárias e PABs; arrecadadas 38 armas e munições; e prestadas 50 consultas/informações sobre segurança privada.

Foram realizadas 42 (quarenta e duas) conduções de presos para audiência; 21 (vinte) seguranças na chegada de valores para o Banco Central; 09 (nove) seguranças de leilão de jóias e imóveis por requisição da Caixa Econômica Federal; cumpriu 05 (cinco) Mandados de Condução Coercitiva e 32 (trinta e dois) Mandados de Prisão; e efetuou a transferência de 10 (dez) presos para outras Unidades da Federação.

Afora essas atividades de iniciativa interna, a UJ realizou, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, 15 (quinze) operações de combate ao trabalho escravo e prestou auxílio a diversos órgãos integrantes da estrutura do Poder Executivo Federal (SPU, MAPA, DNPM etc.), Justiça Federal e Ministério Público Federal.

Foram legalizadas 06 (seis) lanchas junto à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental e deu apoio à Operação Sentinela, coordenada pela DRCOR/SR/DPF/PA, no município de Abaetetuba/PA.

No que diz respeito aos Inquéritos Policiais desta SR/PA, foram contabilizados pelo Núcleo de Cartório, 2.148 (dois mil cento e quarenta ) IPLs instaurados, 2.210 (dois mil duzentos e dez) IPLs relatados e 4.543 (quatro mil quinhentos e quarenta e três) em andamento.

Foram montadas no Estado duas Bases da Operação Sentinela, quase na totalidade atendida por policiais lotados na Sede e nas Descentralizadas de Santarém, Marabá, Redenção e Altamira, principalmente pela primeira: uma, na cidade de Óbidos, onde antigamente funcionava a Base Candiru e, outra, na cidade de Abaetetuba.

Tal iniciativa fez com que se evitasse o aumento do tráfico, inclusive havendo significativa apreensão de drogas, principalmente em decorrência das atividades desenvolvidas pela primeira Base. É importante ressaltar o trabalho voltado para a erradicação de maconha, com duas das operações citadas, realizadas em conjunto com a Superintendência do Maranhão.

Durante as operações elencadas, foram efetuadas 45 (quarenta e cinco) prisões; erradicados 286.093 (duzentos e oitenta e seis mil e noventa e três) pés de maconha, apreendidos 315 (trezentos e quinze) Kg de maconha pronta, 271 (duzentos e setenta e um) Kg de cocaína, 12 (doze) frascos de lança-perfume e 14 (quatorze quilos) Kg de pasta-base, dentre outros entorpecentes; a apreensão/recuperação de 12 (doze) armas de fogo; e a apreensão de 150 658,00€ (cento e cinquenta mil seiscentos e cinquenta e oito euros), R\$ 373.000,00 (trezentos e setenta e três mil reais), 6.041,13 g (seis mil e quarenta e um e treze gramas) de ouro, US\$ 88.387,00 (oitenta e oito mil trezentos e oitenta e sete dólares), dois veículos de luxo, entre outros bens.

Devemos destacar, também, o trabalho desenvolvido no Setor de Produtos Químicos, que resultou em 28 (vinte e oito) fiscalizações de empresas que trabalham com a venda de produtos químicos controlados e a entrega de 58 (cinquenta e oito) Certificados de Registro Cadastral e 87 (oitenta e sete) Certificados de Licença de Funcionamento.

## **2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**

Em decorrência de limitações internas da unidade, especialmente no que tange ao contingenciamento de recursos para pagamento de diárias, houve redução nos trabalhos da atividade de polícia judiciária, o que, de certa forma, contribuiu para que não fossem atingidas as metas de conclusão dos Inquéritos Policiais.

Apesar do ano observar a contenção de recursos, foi bastante profícuo para a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado, resultado creditado à pequena, mas valorosa equipe de policiais e servidores administrativos ali lotados que, em que pese as dificuldades encontradas, não mediu esforços para dar o melhor de si em prol da sociedade.

## 2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

### 2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

#### 2.3.1.1 Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

QUADRO A.2.1.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA:</b> 0087		<b>Denominação:</b> Gestão da Política de Previdência Social				
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
<b>Objetivo Geral:</b> Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização.						
<b>Objetivos Específicos:</b> Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.						
<b>Gerente:</b> Carlos Augusto Simões Gonçalves			<b>Responsável:</b> Manoel Fernando Abbadi			
<b>Público Alvo:</b> Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação <sup>1</sup>		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
21.300,46	7.660,67	7.660,67	7.660,67	0,00	7.660,67	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência <sup>2</sup>			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	ND	NA	NA	NA	NA	NA
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não dispõe.						
Análise do Resultado Alcançado						
Não se aplica.						

Fonte: SIGPLAN

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

<sup>2</sup> NA - Não se aplica.

#### 2.3.1.2 Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

QUADRO A.2.1.2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo					
<b>Código no PPA:</b> 0089		<b>Denominação:</b> Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
<b>Objetivo Geral:</b> Sem informação.					
<b>Objetivos Específicos:</b> Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.					
<b>Gerente:</b> Sem informação			<b>Responsável:</b> Manoel Fernando Abbadi		
<b>Público Alvo:</b> Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
6.900,13	6.900,13	6.900,13	6.900,13	0,00	6.900,13
Informações sobre os resultados alcançados					

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União (%)	NA	NA	NA	NA	NA

#### Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre a despesa líquida com inativos e pensionistas e a receita corrente líquida da União, onde despesa líquida = despesa com aposentadorias e pensões deduzido o valor total da contribuição para o plano de seguridade social

#### Análise do Resultado Alcançado

O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/PA.

Fonte: SIGPLAN

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

<sup>2</sup> NA - Não se aplica.

### 2.3.1.3 Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

#### QUADRO A.2.1.3 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos.						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.						
Gerente: Sem informação				Responsável: Manoel Fernando Abbadi		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.114.599,89	3.916.097,11	3.916.097,11	3.867.166,06	48.931,05	3.867.166,06	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência <sup>2</sup>			Índice previsto no exercício <sup>2</sup>	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79,00	70,00	Sem informação	Aguardando dados da CTI
Fórmula de Cálculo do Índice						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado						
Primeiramente, como explicitado na nota '2' os dados referem-se ao DPF como um todo; a referência inicial desta SR/DPF/MS é de 101 dias, obtida no Relatório de Gestão de 2009, não sendo estipulado um índice a ser atingido para esta regional.						
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (percentagem)	31/12/2006	63,60	80,00	Sem informação	Aguardando dados da CTI
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/PA.						

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

<sup>2</sup> A “Referência” e o “Índice previsto no exercício” informados são os constantes no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal, não se aplicando a esta SR/DPF/PA.

### 2.3.1.4 Programa 0750 – Apoio administrativo

QUADRO A.2.1.4 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA:</b> 0750		<b>Denominação:</b> Apoio Administrativo				
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
<b>Objetivo Geral:</b> Sem informação						
<b>Objetivos Específicos:</b> Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
<b>Gerente:</b> Sem informação				<b>Responsável:</b> Manoel Fernando Abbadi		
<b>Público Alvo:</b> Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
9.838.977,26	9.838.977,26	9.838.977,26	9.838.977,26	0,00	9.838.977,26	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida) <sup>2</sup>	Referência <sup>2</sup>			Índice previsto no exercício <sup>2</sup>	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não se aplica.						
Análise do Resultado Alcançado						
Não se aplica.						

Fonte: SIGPLAN e SIAFI

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

<sup>2</sup> A “Referência” e o “Índice não constam no PPA.

### 2.3.1.5 Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

QUADRO A.2.1.5 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA:</b> 1353		<b>Denominação:</b> Modernização da Polícia Federal				
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
<b>Objetivo Geral:</b> Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos.						
<b>Objetivos Específicos:</b> Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal						
<b>Gerente:</b> Rogério Augusto Viana Galloro				<b>Responsável:</b> Manoel Fernando Abbadi		
<b>Público Alvo:</b> Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.016.463,51	877.026,30	877.026,30	877.026,30	0,00	877.026,30	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade	Referência <sup>2</sup>			Índice	Índice

	medida) <sup>2</sup>	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício <sup>2</sup>	atingido no exercício
1	NA	NA	NA	NA	NA	NA
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Não se aplica.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
Não se aplica.						

Fonte: SIGPLAN e SIAFI

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

<sup>2</sup> A “Referência” e o “Índice não constam no PPA.

### 2.3.1.6 Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

#### QUADRO A.2.1.6 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

<b>Identificação do Programa de Governo</b>						
<b>Código no PPA:</b> 1453		<b>Denominação:</b> Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI				
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico						
<b>Objetivo Geral:</b> Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos.						
<b>Objetivos Específicos:</b> Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.						
<b>Gerente:</b> Ronaldo Teixeira da Silva				<b>Responsável:</b> Manoel Fernando Abbadi		
<b>Público Alvo:</b> Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.						
<b>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</b>						<b>Em R\$</b> <b>1,00</b>
<b>Dotação</b>		<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Restos a Pagar não processados</b>	<b>Valores Pagos</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>					
1.032.990,51	1.032.990,51	1.032.990,51	1.001.391,81	31.598,70	1.001.391,81	
<b>Informações sobre os resultados alcançados</b>						
<b>Ordem</b>	<b>Indicador (Unidade medida)<sup>2</sup></b>	<b>Referência<sup>2</sup></b>			<b>Índice previsto no exercício</b>	<b>Índice atingido no exercício</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice inicial</b>	<b>Índice final</b>		
1	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	01/10/2006	26,00	12,00	NA	NA
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Sem informação.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do SIGPLAN.						

Fonte: SIGPLAN e SIAFI

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

<sup>2</sup> A “Referência” e os “Índices inicial e final constam no PPA 2008-2011.

#### Análise crítica

Não é possível tecer análise crítica, pois a UJ não possui a responsabilidade de gerir os Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA), sendo apenas executora de algumas ações.



## 2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação <sup>1</sup>	Prioridade <sup>2</sup>	Unidade de Medida <sup>3</sup>	Meta prevista <sup>4</sup>	Meta realizada <sup>4</sup>	Meta a ser realizada em 2011 <sup>4</sup>
06	122	0750	2000	A	3	9.838.977,26	NA	NA	NA
	125	0662	2679	A	3	158.874,30	NA	NA	NA
	128	0662	4572	A	3	11.070,00	NA	NA	NA
	181	0662	2726	A	3	3.651.756,20	NA	NA	NA
	181	1353	8979	A	3	877.026,30	NA	NA	NA
	183	0662	2720	A	3	45.465,56	NA	NA	NA
	422	1453	20EV	A	3	866.405,50	NA	NA	NA
09	422	1453	8375	A	3	115.559,40	NA	NA	NA
	271	0087	8452	A	3	7.660,67	NA	NA	NA
	272	0089	0181	A	3	6.900,13	NA	NA	NA
	422	1453	20EV	A	3	19.426,91	NA	NA	NA

Fonte: SIAFI

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

<sup>3</sup> Valores executados em R\$

<sup>4</sup> O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

### Análise crítica

Devido esta UJ ser apenas executora das ações, não é possível fazer análise de cumprimento das metas físicas.

Quanto à execução das ações, do total de R\$ 15.599.122,23 executados, evidencia-se que a Segurança Pública é a função primordial desta UJ, apresentando as subfunções Administração Geral (122) e Policiamento (181) como preponderantes.

## 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

### 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

O quadro a seguir segue preenchido apenas com o intuito de registro de informação.

**QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS**

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Justiça - MJ	30101	200094
Departamento de Polícia Federal	30108	200336
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL	30909	200337
Ministério da Previdência Social	33101	330002

#### 2.4.1.1 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

**QUADRO A.2.4 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA**

Valores em  
R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	---	---	---	---	
	Recebidos	200386	0181	6.900,13	---	---
		200386	2000	---	---	9.608.021,84
		200386	20EV	---	---	885.832,41
		200386	8375	---	---	115.559,40
		200386	8452	---	---	7.660,67
		200387	2679	---	---	158.874,30
		200387	2720	---	---	45.465,56
		200387	2726	---	---	3.651.756,20
200387	4572	---	---	11.070,00		
Movimentação Externa	Concedidos	---	---	---	---	
	Recebidos	---	---	---	---	
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	---	---	---	---	
	Recebidos	200386	2000	230.955,42	---	---
		200087	8979	877.026,30	---	---
Movimentação Externa	Concedidos	---	---	---	---	
	Recebidos	---	---	---	---	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### Análise crítica

A SR/DPF/PA somente recebe recursos através de movimentações originadas da Sede em Brasília/DF (órgão central) e não realiza movimentação externa de crédito, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora sendo que para a rubrica investimentos foi recebido R\$ 1.107.981,72. Deste montante, R\$ 877.026,30 foram utilizados para a reforma do prédio-sede, compreendendo serviços de cabeamento estruturado e elétrico, reforma da parte térrea para novas instalação do Núcleo

Cartorário e serviço de reforma da Base Candirú, localizado no Município de Óbidos/PA. O valor restante foram utilizados na aquisição de aparelhos de refrigeração (tipo split), de mobiliários (cadeiras, armários, estações de trabalho), de materiais de comunicação (aparelhos telefônicos e de fax), impressoras e nobreks.

No que se refere às despesas correntes estas totalizaram R\$ 14.484.240,38 no exercício de 2010. Este montante serviu para atender o pagamento de diárias e locomoção de servidores e as contratações firmadas com fornecedores.

## 2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

### 2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

#### 2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

**QUADRO A.2.5 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO** Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite	567.356,49	475.635,55	567.356,49	475.635,55
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	4.955.851,72	8.067.794,26	4.955.851,72	8.067.794,26
Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	1.620.163,65	1.480.641,16	1.620.163,65	1.480.641,16
Inexigibilidade	92.447,58	115.975,04	92.447,58	115.975,04
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	910.065,27	605.191,11	910.065,27	605.191,11
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	NA	NA	NA	NA
Diárias	3.031.103,86	3.838.993,81	3.031.103,86	3.838.993,81
<b>Outras</b>	413.651,32	1.014.891,30	413.651,32	1.014.891,30

Fonte: SIAFI

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central – UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

#### 2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

**QUADRO A.2.6 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO** Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
08 - Outros Benef. Assist.	42.537,42	6.900,13	42.537,42	6.900,13	0,00	0,00	42.537,42	6.900,13
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>								
14 - Diárias - Pessoal Civil	3.031.103,86	3.838.993,81	2.916.705,29	3.838.993,81	114.398,57	0,00	2.916.705,29	3.838.993,81
30 - Material de Consumo	1.085.131,93	1.550.802,38	935.977,47	1.432.288,01	149.154,46	118.514,37	935.977,47	1.432.288,01
33 - Passagens e Desp. Locom.	817.128,08	523.043,84	817.128,08	523.043,84	0,00	0,00	817.128,08	523.043,84
36 - Outros Serv. Terc. – P. Fís.	236.925,34	386.935,44	234.925,34	371.935,44	2.000,00	15.000,00	234.925,34	371.935,44

37 - Locação de mão-de-obra	2.982.858,12	3.369.498,00	2.982.858,12	3.162.059,10	0,00	207.438,90	2.982.858,12	3.162.059,10
39 - Outros Serv. Terc. – P. Jur.	2.660.992,10	2.987.566,20	2.414.400,02	2.735.611,29	246.592,08	251.954,91	2.414.400,02	2.735.611,29
47 – Obrig. Tribut. e Contribut.	40.900,00	10.407,56	17.427,94	10.407,56	23.472,06	0,00	17.427,94	10.407,56
92 – Desp. de Exerc. Anteriores	37.968,52	944.097,07	36.001,52	944.020,07	1.967,00	77,00	36.001,52	944.020,07
93 – Indenizações e Restituições	245.535,63	843.147,44	189.283,75	760.687,44	56.251,88	82.460,00	189.283,75	760.687,44
Demais elementos do grupo	---	29.748,64	---	26.517,94	---	3.230,70	---	26.517,94

Fonte: SIAFI e Relatório de Gestão 2010

#### 2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

**QUADRO A.2.7 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO** Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 - Investimentos</b>								
51 – Obras e instalações		877.026,30		162.592,31		714.433,99		162.592,31
52 – Equip. e Mat. Permanente		230.955,42		191.105,16		39.850,26		191.105,16
Demais elementos do grupo		0,00		0,00		0,00		0,00
<b>5 - Inversões Financeiras</b>								
<b>6 - Amortização da Dívida</b>								

Fonte: SIAFI

#### Análise crítica

Cabe destacar a inclusão em restos a pagar da grande maioria do valor empenhado em obras e instalações, devido ao fato de que tais contratações foram iniciadas no mês de dezembro e cujos serviços se encontram em andamento durante o ano de 2011, a citar: serviço de cabeamento estruturado e elétrico do prédio-sede, reforma da parte térrea para funcionamento das novas instalações do Núcleo de Cartório e serviços das novas instalações da Base Candiru, no Município de Óbidos/PA.

Durante o exercício, mas precisamente a partir do mês de outubro houve contingenciamento de recursos, sobretudo nas diárias policiais, o que demandou várias gestões junto ao órgão central para viabilização de deflagração de algumas operações policiais, tendo sido algumas atendidas e outras ficaram comprometidas, não logrando êxitos nos objetivos pretendidos.

#### 2.4.3 Indicadores Institucionais

Diante da grande dificuldade de se estabelecer indicadores de desempenho na instituição, tendo em vista as infinidades de atribuições e de processos, bem como, a necessidade de se padronizar tais indicadores em todas as unidades da Polícia Federal, esta Regional não possui tais elementos institucionalizados.

Para resolver os problemas acima expostos, a Direção Geral contratou a Fundação Getúlio Vargas – FGV – para mapear os processos da instituição e estabelecer indicadores de desempenho para todo o departamento, visando a elaboração de uma instrução normativa para definir os métodos e os responsáveis para gerenciar cada indicador. Salienta-se que tal necessidade já foi motivo de cobrança do TCU.

A orientação recebida do órgão central, através do Escritório de Planejamento Estratégico, é a seguinte:

*“[...] o contrato com a FGV foi interrompido e não chegou a gerar resultados práticos. Em relação a novas iniciativas o CIGE (Centro Integrado de Gestão Estratégica) tem estudado sobre indicadores e neste momento estão sendo propostos, com a participação de representantes de todas as Diretorias, indicadores de desempenho e metas para 4 Objetivos do Mapa Estratégico do Ministério da Justiça que ficaram sob responsabilidade da Polícia Federal.*

*Em seguida a este trabalho o CIGE, com a participação dos representantes das Diretorias, irá iniciar o trabalho para propor indicadores e metas para o Mapa Estratégico da Polícia Federal (vide <http://intranet.dpf.gov.br/cige/servicos/escritorio-de-planejamento-estrategico-epes/MapaEstrategicoPF.pdf>) de forma alinhada com o proposto para o MJ, sendo um passo posterior o desmembramento do nosso Plano estratégico (vide página do CIGE na intranet <http://intranet.dpf.gov.br/cige>) para os Planos Táticos e Planos Operacionais e que com certeza atingirá toda a Polícia Federal.*

*Temos ainda em relação aos indicadores o trabalho de revisão dos indicadores e metas para os Planos e Ações que serão propostos no PPA 2012-2015 que está sendo feito por um Grupo de Trabalho[...]*”

### 3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

#### 3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Informação relacionada a este item consta na introdução.

### 4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

#### 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em  
R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2010</b>
2009	11.004,94	11.004,94	--	0,00
2008	34.079,02	35.522,32	90,98	-1.534,28
...	--	--	--	--
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2010</b>
2009	2.039.811,07	400.516,40	1.600.640,27	38.654,40
2008	2.039.811,07	69.209,96	412.672,03	1.557.929,08
...	--	--	--	--
<b>Observações:</b>				

Fonte: SIAFI

#### 4.2 Análise Crítica

Não obstante ter sido preenchido o quadro acima, pois os dados e informações foram obtidos no SIAFI, não foi possível tecer a respectiva análise crítica.

## 5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.

### 5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>				
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>	-	-	-	-
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>		449		
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		161		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	2	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>				
1.4.1 Cedidos		1		
1.4.2 Removidos			12	58
1.4.3 Licença remunerada	19	19		
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>		3		
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>		1		
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		3		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	2			
2.2.4 Sem vínculo		50		
2.2.5 Aposentado		123		
<b>2.3 Funções gratificadas</b>				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		43		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		161		
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas		2		
<b>3 Total</b>				

Fonte: SRH/SR/DPF/PA



**QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	--	--	--	--	--
1.2. Servidores de Carreira	--	--	--	--	--
1.3. Servidores com Contratos Temporários	--	--	--	--	--
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	--	--	--	--	--
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial	--	--	--	--	--
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	--	--	--	2	--
2.3. Funções gratificadas	1	11	5	6	--

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

**QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	1	17	114	370	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-	19	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	3	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	5	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

## 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1 Integral</b>	-	-
1.1 Voluntária	5	5
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
<b>2 Proporcional</b>	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
<b>1. Integral</b>	--	--
<b>2. Proporcional</b>	--	--

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

## 5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>					
• Área Fim	35	35	35	35	260.400,00
• Área Meio	15	15	15	15	73.800,00
<b>Nível Médio</b>					
• Área Fim	35	35	35	35	260.400,00
• Área Meio	15	15	15	15	73.800,00

Fonte: SRH/SR/DPF/PA

## 5.4 Quadro de custos de recursos humanos

Informação deste item consta na Introdução.

## 5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

**QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Unidade Contratante													
Nome: SR/DPF/PA													
UG/Gestão:200386							CNPJ:00.394.494/0030-70						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	7	O	11/2008	03.765.290/0001-52	16/07/08	15/07/11	33	27	--	06	--	--	A
2010	7	O	20/2010	15.752.934/0001-57	15/12/10	14/12/11	68	21	--	47	--	--	A
<b>Observação:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SIASG

**QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINT. REGIONAL DO DEPART. DE POLÍCIA FEDERAL/PA													
UG/Gestão: 200386							CNPJ: 00.394.494/0030-70						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	6	O	01/2008	61.600.839/0001-55	24/04/08	31/03/11	--	--	35	35	65	65	A
2008	1	O	23/2008	09.357.713/0001-81	06/01/09	05/04/11		--	32	28	--	04	A
2010	2	O	18/2010	07.769.010/0001-35	21/10/10	20/10/11	02	01	02	03	--	--	A

2010	7	O	15/2010	11.240.495/ 0001-42	28/06/10	27/06/11	04	03	03	04	--	--	A
<b>Observação:</b>													
<b><u>LEGENDA</u></b>													
<b>Área:</b>													
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;</li> <li>2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis</li> <li>3. Serviços de Copa e Cozinha;</li> <li>4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;</li> <li>5. Serviços de Brigada de Incêndio;</li> <li>6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;</li> <li>7. Outras.</li> </ol>													
<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SIASG

**QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
01/2008	6	70	SR/DPF/PA
01/2008	6	10	DPF/SNM/PA
01/2008	6	10	DPF/MBA/PA
01/2008	6	05	DPF/ATM/PA
01/2008	6	05	DPF/RDO/PA
11/2008	7	22	SR/DPF/PA
11/2008	7	04	DPF/SNM/PA
11/2008	7	03	DPF/MBA/PA
11/2008	7	02	DPF/ATM/PA
11/2008	7	01	DPF/RDO/PA
23/2008	1	32	DELEMIG/SR/DPF/PA
15/2010	3	01	SR/DPF/PA
15/2010	3	01	DELEMIG/SR/DPF/PA
15/2010	1	02	NTI/SR/DPF/PA
15/2010	7	01	SR/DPF/PA
15/2010	1	02	SR/DPF/PA
18/2010	2	04	SR/DPF/PA
20/2010	8	46	SR/DPF/PA
20/2010	8	08	DPF/SNM/PA
20/2010	8	04	DPF/MBA/PA
20/2010	8	06	DPF/ATM/PA
20/2010	8	04	DPF/RDO/PA

**LEGENDA**

**Área:**

- |  |   |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio;             |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;   | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha;                 | 7. Higiene e Limpeza;                           |
|  | 8. Vigilância Ostensiva;                        |
|  | 9. Outras.                                      |

4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;

Fonte: SIASG

## 5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Diretoria de Gestão de Pessoal informa que a Polícia Federal não tem indicadores gerenciais sobre recursos humanos estruturados. Foram realizadas duas pesquisas sobre clima organizacional nos anos 2007 e 2008. Existe projeto de implantação de Gestão por Competência e a criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto. A partir da implantação da Gestão por Competências, serão criados os indicadores Gerenciais citados.

## 6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

### 6.1 Transferências efetuadas no exercício

#### 6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Informação deste item consta na Introdução.

## 7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

### 7.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos				X	

<b>Aspectos do sistema de controle interno</b>	<b>Avaliação</b>				
resultados planejados pela UJ.					
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				

<b>Aspectos do sistema de controle interno</b>	<b>Avaliação</b>				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	<b>X</b>				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	<b>X</b>				
<p>Considerações gerais:            Não obstante o sistema de controle interno já fazer parte da estrutura funcional desta UJ, no entanto devido à falta de profissional capacitado, tal sistema ainda não foi efetivado e está dependente do próximo concurso para contratação de servidores para a área de apoio.</p>					
<p><b><u>LEGENDA</u></b>  <b>Níveis de Avaliação:</b>            (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.            (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.            (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.            (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.            (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

### 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

**QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>	<b>Avaliação</b>				
<b>Licitações Sustentáveis</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>	<b>X</b>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				<b>X</b>	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				<b>X</b>	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>		<b>X</b>			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul> R: Recebemos papel reciclado adquirido pelo órgão central (DPF/MJ)					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul> R: Esta UJ utilizou a comunicação interna (mensagens on line)				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul> R: Esta UJ participa do Programa Carbono Neutro, implementado pelo órgão central.				X	
<i>Considerações Gerais:</i>					



Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p><b><u>LEGENDA</u></b>  <i>Níveis de Avaliação:</i></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.

### 9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	<b>PARÁ</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
	Ananindeua	01	01
	Belém	07	08
	Marabá	01	01
	Santarém	02	02
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>11</b>	<b>12</b>
EXTERIOR	Não possui	--	--
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>--</b>	<b>--</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>11</b>	<b>12</b>

Fonte: SPIUnet em 31.03.2011

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	<b>PARÁ</b>	<b>04</b>	<b>04</b>
	Altamira	01	01
	Belém	01	01
	Redenção	01	01
	Santarém	01	01
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>04</b>	<b>04</b>
EXTERIOR	Não possui	--	--
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>--</b>	<b>--</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>04</b>	<b>04</b>

Fonte: SPIUnet em 31.03.2011

**QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200386	0415.00013.500-7	13	8	113.256,00	19/06/2001	113.256,00	--	--
200386	0427.00532.500-2	13	8	1.429.072,00	11/02/2009	3.888.888,52	--	--
200386	0427 00578.500-3	13	2	45.825,00	30/05/2008	180.825,00	--	--
200386	0427 00579.500-9	13	2	43.470,00	30/05/2008	182.660,00	--	--
200386	0427 00580.500-4	13	3	41.503,50	30/05/2008	187.310,70	--	--
200386	0427 00581.500-0	13	5	97.230,00	30/05/2008	189.543,00	--	--
200386	0427 00635.500-2	13	4	299.978,25	07/03/2001	1.011.709,35	--	--
200386	0427 00659.500-3	13	8	126.840,00	30/05/2008	126.840,00	--	--
200386	0427 00902.500-3	13	8	13.874.370,00	12/06/2007	13.874.370,00	--	--
200386	0483 00164.500-3	13	8	249.323,88	25/07/2001	249.323,88	--	--
200386	0535 00107.500-9	13	4	11.025,63	19/03/2001	67.695,56	--	--
200386	0535 00109.500-0	13	8	291.962,80	03/12/2008	291.962,80	--	--
<b>Total</b>							<b>Σ</b>	<b>Σ</b>

Fonte: SPIUnet em 31.03.2011

**Análise crítica:**

Esta UJ possui três imóveis que são apenas terrenos, os quais estão destinados para construção das futuras sedes: um em Belém, destinado para sede da SR/DPF/PA e outro dois no interior, sendo um em Santarém, para futura sede daquela descentralizada –DPF/SNM/PA e outro em Marabá, também destinado à sede da descentralizada neste município – DPF/MBA/PA.

## 10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

### 10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	07				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
<p>Considerações Gerais:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Respondido individualmente pelo atual chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação da UJ (SR/DPF/PA), função assumida a partir de 08.10.2010;</li> <li>2) Em relação ao item 03 identificamos como parcialmente pois não é formalmente constituído;</li> <li>3) Em relação ao item 04, informamos a existência de cinco estagiários no Núcleo de Tecnologia da Informação, portanto no quadro de recursos humanos do setor há um total de 12 colaboradores, sendo 07 servidores e 05 estagiários.</li> </ol>					

**LEGENDA**

**Níveis de avaliação:**

(1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

--	--	--	--	--	--

**11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.**

A informação deste item consta da Introdução.

**12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.**

A informação deste item consta da Introdução.

**B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

**13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010**

**13.1 Declaração com Ressalva**

**QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
SUPERINT. REGIONAL DO DEPART. DE POLÍCIA FEDERAL/PA – SR/DPF/PA			200386 - 200387
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a: restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília(DF)	<b>Data</b>	09/03/2011
<b>Contador Responsável</b>	GLADSTON GUIMARÃES NAVES	<b>CRC nº</b>	<b>12534/O-8(DF)</b>

**MANOEL FERNANDO ABBADI**

Delegado de Polícia Federal


Superintendente Regional no Pará

# ANEXO 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
SERVIÇO DE CONTABILIDADE



DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
<b>Denominação Completa (UJ):</b>	<b>Código da UG:</b>
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PA - SR/DPF/PA	200386 - 200387
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li><li>- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
<b>Brasília/DF</b>	<b>Data: 09/03/2011</b>
<b>Contador Responsável:</b>  GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	<b>CRC nº DF-12534/O-8</b>

## ANEXO 2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ

DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
<b>Denominação completa (UJ):</b>			<b>Código das UGs:</b>
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará			200386 e 200387
<p>Declaramos que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estamos cientes das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Belém (PA)</b>	<b>Data</b>	<b>21 de janeiro de 2011</b>
<b>Responsável (1)</b>	<b>DENIS ARAGÃO DE ARAGÃO</b>	<b>Matrícula nº</b>	<b>15.182</b>
<b>Assinatura</b>			
<b>Responsável (2)</b>	<b>AILEN BRENDA BARROS PINHEIRO</b>	<b>Matrícula nº</b>	<b>12.623</b>
<b>Assinatura</b>			